

# RURAL E URBANO: SABERES E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NA PERCEPÇÃO DE GRUPOS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS PERMEADOS PELA EDUCAÇÃO

Flávia Targa Martins

Docente na Universidade Veiga de Almeida e na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista.

e-mail: [flavia.targa@uva.br](mailto:flavia.targa@uva.br)

Francisco Pontes de Miranda Ferreira

Doutorando do PPGMA/UERJ.

e-mail: [arcalama@gmail.com](mailto:arcalama@gmail.com)

Valeria da Conceição Chaves

Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

e-mail: [vacomchaves@gmail.com](mailto:vacomchaves@gmail.com)

## RESUMO

O presente artigo constitui-se num instrumento de percepção e reflexão dos saberes e práticas agroecológicas visando a sua análise na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, em Cabo Frio/RJ e na Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A análise destas relações pretende explorar conceitos como: agroecologia, territorialidade, sustentabilidade e educação sua aplicação em ambos espaços, no período de 2018 a 2021. A partir, da pesquisa bibliográfica e do estudo comparativo dos dois grupos pretende-se apresentar uma análise detalhada de suas características, semelhanças e diferenças, enfatizando as práticas agroecológicas presentes na Escola Agrícola (não indígena) e na proposta da primeira universidade indígena idealizada pela Aldeia Maracanã.

**Palavras-chave:** Saberes e práticas agroecológicas, escola agrotécnica, universidade indígena brasileira.

## ABSTRACT

This article is an instrument for the perception and reflection of agroecological knowledge and practices aiming at its analysis at the Municipal Agricultural School Nilo Batista, in Cabo Frio/RJ and at Aldeia Maracanã, in the city of Rio de Janeiro/RJ. The analysis of these relationships intends to explore concepts such as: agroecology, territoriality, sustainability and education and its application in both spaces, in the period from 2018 to 2021. Based on the bibliographical research and the comparative study of the two groups, it is intended to present a detailed analysis of their characteristics, similarities and differences, emphasizing the agroecological practices present in the Agricultural School (non-indigenous) and in the proposal of the first indigenous university conceived by Aldeia Maracanã.

**Keywords:** Agroecological knowledge and practices, agrotechnical school, Brazilian indigenous university.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se num exercício de percepção e de reflexão dos saberes e práticas agroecológicas no espaço rural e urbano, visando a análise dos elementos envolvidos nestas relações em dois espaços distintos a saber – a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, em Cabo Frio/RJ e a Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Fisicamente, o entrecruzamento destes dois espaços seria impossível, tendo em vista seu distanciamento geográfico, no entanto, o compartilhamento de informações entre os três autores/pesquisadores trouxe à tona, reflexões acerca das relações, semelhanças e diferenças existentes nestes lugares, transformados em campos de pesquisa. Ora, entrecruzando questões relativas a territorialidade e sustentabilidade, ora das práticas agroecológicas e sua relação com a identidade destes grupos.

Desta forma, a análise destas relações pretende explorar conceitos como: agroecologia, territorialidade e sustentabilidade e sua aplicação em ambos espaços, no período de 2018 a 2021. A partir, da análise qualitativa e da pesquisa bibliográfica, mediadas pelo Método Comparativo, apresentar-se-á uma análise das características, semelhanças e diferenças, destes dois grupamentos: de estudantes não indígenas de uma instituição educacional agrícola e indígenas urbanizados que pleiteiam a criação da primeira Universidade Indígena do Brasil.

Por conseguinte, a análise pretendeu perceber a reflexão dos saberes e práticas agroecológicas de ambos grupos e como ocorre a promoção, aproximação, esclarecimento, divulgação e apoio recebido por estes grupos nos locais em que estão inseridos.

Para além da divulgação dos projetos que envolvem ambos grupos, pretende-se suscitar condições de percepções acerca da promoção da identidade e autoestima dos envolvidos, bem como na noção de territorialidade. Assim, a realização deste estudo poderá servir como instrumento de divulgação dos resultados obtidos, ampliando as discussões e percepções acerca do tema.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Diante da complexidade que relaciona os diferentes atores envolvidos no ensino da agroecologia foi necessário estabelecer uma estrutura capaz de sistematizar os diferentes elementos que interferem na promoção deste processo formativo, seja ele formal, ou não formal.

A construção dessa pesquisa se deu, a partir da questão: como se dá a percepção e reflexão dos saberes e práticas agroecológicas entre os envolvidos/aprendizes da Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, em Cabo Frio/RJ e da Aldeia Maracanã/RJ?

O primeiro grupo situado em uma instituição formal de ensino tem a agroecologia como ação postulada nos regimentos institucionais, já o segundo instaurou-se por meio do encontro de representantes indígenas de diferentes tribos, num ambiente não formal de ensino, unidos por uma cultura baseada no manejo da terra para a subsistência e uma relação intensa com a natureza que se instala dentre os propósitos da criação da primeira Universidade Indígena do Brasil. Percebe-se, portanto que a agroecologia é uma questão que atravessa tanto um, quanto outro grupo.

Em tempo, ressalta-se a opção pelo termo “não formal”, ao invés de “informal”, uma vez que informal significa: “que não apresenta formalidades, regras, cerimônias, convenções ou etiquetas (...) que se recusa a aparecer sob uma forma definida, reconhecível” (DICIO, s.p). Por outro lado, o que se percebe é que as atividades desenvolvidas pela Aldeia Maracanã são realizadas dentro de uma lógica própria da cultura indígena, porém num ambiente não formal de ensino.

Para tanto, a análise que se propôs pretendeu perceber a reflexão dos saberes e práticas agroecológicas de ambos grupos e como ocorre a promoção, aproximação, esclarecimento, divulgação e apoio recebido por estes grupos nos locais em que estão inseridos.

A partir, da questão mencionada, estabeleceram-se 4 (quatro) objetivos:

- 1) Analisar as vivências de cada grupo em relação a agroecologia;
- 2) Realizar a observação e o registro de ações dos grupos envolvidos no período de 2018 a 2021;
- 3) Cruzar informações levantadas;
- 4) Viabilizar a percepção de cada grupo em relação a agroecologia.

A definição de tais objetivos relaciona-se com o desejo de comparar e contrapor a realidade destes dois espaços. Para tanto, visando a ampla compreensão da realidade histórica e social destes de ambos, faz-se necessária uma breve apresentação de cada um, como poderá ser visualizada, a seguir.

## **2.1 Escola Agrícola Nilo Batista**

A Escola Agrícola Municipal Nilo Batista situa-se na área que pertenceu à Fazenda Campos Novos, uma fazenda centenária da época dos jesuítas, foi fundada em 03 de maio de

1995, no governo do ex-prefeito José Bonifácio, para atender a demanda da região do 2º distrito do município de Cabo Frio, auxiliando na escolarização e na instrumentalização do homem do campo e para fixá-lo na terra. A escola atende ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e no Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária, que é feito concomitante ou somente o curso técnico para aqueles que já possuem o Ensino Médio. O curso Técnico em Agropecuária é reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ).

A escola está localizada nas terras da antiga Fazenda Campos Novos, assim como algumas comunidades onde seus alunos residem. Após a abolição da escravatura, essas terras foram divididas em sítios e nelas se organizou o trabalho agropecuário coletivo entre ex-escravizados e proprietários de terras. A partir de 1950, o dono da fazenda vendeu suas terras, fato que obrigou as famílias a se instalarem em outros lugares ao longo do rio Una.

A localização da escola e o atendimento de alunos oriundos desses quilombos localizados nos bairros Angelim e Agrisa (Quilombos Preto Forro, Maria Romana e Espírito Santo), Maria Joaquina (Quilombo do mesmo nome) e Botafogo (Quilombos Botafogo e da Caveira) permitem que a unidade escolar seja classificada como uma Escola Quilombola junto aos Ministério da educação.

Após contextualizar a escola agrícola, é importante destacar as práticas agroecológicas realizadas no ambiente escolar, pois assume-se que as práticas agrícolas, sociais e econômicas do campesinato são originalmente, agroecológicas, e que a inserção do debate mais amplo (político, cultural, econômico, social e ambiental), bem como a articulação com outras bandeiras e lutas sociais, compõem as bases dos movimentos agroecológicos.

Nesse sentido, deve-se passar de uma crença de dominação da natureza para uma busca mais harmoniosa de inserção nesta, pensando em diversas práticas, como evitar as monoculturas e o uso de agrotóxicos, priorizar a agricultura orgânica e respeitar a sazonalidade, utilizar os dejetos animais para a fertilização da terra, dentre outras técnicas que propiciem a biodiversidade e a segurança alimentar.

Assim, a escola tratando desses temas pode servir para fortalecer as áreas agrícolas da região e ajudar a desenvolver as comunidades camponesas. Para tanto, que devem ser priorizadas as técnicas voltadas para a agroecologia, que agregam práticas agrícolas mais harmoniosas com o uso dos elementos da natureza. Além disso, a escola pode ter um papel chave na valorização dos espaços rurais da região, hoje perdida por falas de atraso de desenvolvimento e de precarização dos espaços rurais.

## 2.2. Aldeia Maracanã

Em abril de 1953, era inaugurado o Museu do Índio, coordenado por Darcy Ribeiro (NADDEO, s.p. 2013). O museu funcionava no casarão localizado na Rua Mata Machado, número 126, na região do Maracanã. O prédio já havia pertencido ao Duque de Saxe e servido como sede do SPI desde 1910 (BEVILAQUA, p. 52, *apud* COSTA, p. 9, 2011).

Em 1978, o Museu do Índio mudou de endereço para a Rua das Palmeiras, e o prédio ficou abandonado até 2006, quando foi ocupado por um grupo que se autodenominou Movimento Tamoio dos Povos Originários.

Conforme relatado pela Associação Indígena Aldeia Maracanã, em sua página oficial, na *internet*:

Em outubro de 2006, um grupo de indígenas de 17 etnias, indigenistas e apoiadores da causa indígena reuniu-se num seminário no auditório da UERJ a fim de discutir o melhor caminho para dar maior visibilidade a luta pelos direitos indígenas no Rio de Janeiro e decidiu pela criação de um movimento indígena unificado que aglutinasse indígenas de várias etnias e que resultou na fundação do Movimento Tamoio dos Povos Originários (AIAM, 2015).

Por esta ocasião (2006), os indígenas do Movimento Tamoio dos Povos Originários, ocupou o prédio com o objetivo de “desenvolver diversas atividades culturais indígenas para a população do Rio de Janeiro num movimento de resistência cultural” (BEVILAQUA, p. 53, *apud* Associação Indígena Aldeia Maracanã 2015). Desde então, os índios que resistem na Aldeia Maracanã ministram aulas sobre a cultura indígena em colégios, fazem apresentações em universidades e vendem seus artesanatos nas ruas, passando a ser referidos pela população como integrantes da “Aldeia Maracanã”, devido a localização do prédio que os abriga, o que acabou gerando o nome desta Aldeia.

De 2006 até 2013, o espaço foi palco do convívio entre os índios urbanos e a população local. Neste convívio os indígenas têm organizado ações educativas não formais, ministrado cursos e oficinas relacionadas a cultura indígena, desenvolvido mutirões de coleta de lixo e mantido o espaço com hábitos indígenas, seja no plantio de ervas, tubérculos e outros, ou na realização de encontros abertos para a reivindicação do espaço, ou na comemoração de datas festivas.

Atualmente, o prédio pertence ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem reivindicado, recorrentemente, seu direito de posse. No entanto, foi criado o movimento “ALDEIA REXISTE”, que tem propiciado a permanência dos representantes indígenas e

propagado seu desejo de fundar neste espaço a primeira Universidade Indígena Pluriétnica - Aldeia Maracanã.

### **3. DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS: entre a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista e a Aldeia Maracanã**

Durante o período de 2018 a 2021, as pesquisadoras Flávia Targa e Valéria Chaves, envolvidas nesta pesquisa observaram e registram ações educativas promovidas na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista e a Aldeia Maracanã. Com o intuito de facilitar a visualização destas ações e favorecer ao estudo comparativo, foi elaborado um quadro onde pode-se visualizar as principais ações percebidas.

Nota-se que em ambas instituições há um grupo organizador das atividades que são propostas mediante a elaboração de um currículo prévio (no caso da Escola Agrícola), ou da demanda (no caso da Aldeia). No entanto, a formalidade ou não formalidade institucional, interfere diretamente em seus público-alvo.

Observe, a seguir, as atividades desenvolvidas na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista e a Aldeia Maracanã:

<b>Escola Agrícola Municipal Nilo Batista</b>	<b>Aldeia Maracanã</b>
Trata-se de uma instituição formal de ensino	Trata-se de uma instituição não formal de ensino
Está localizada na zona rural de Cabo Frio/RJ	Está localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro/RJ, altamente urbanizada.
A localidade está, historicamente, relacionada a grupos que viviam (e ainda vivem) da agricultura	A localidade está, historicamente, relacionada a aglutinação de grupamentos humanos (indígenas, portugueses, africanos e outros), com atividades que variam entre a pesca, o comércio e o turismo
Os participantes precisam estar regularmente matriculados	Os participantes precisam manifestar seu interesse registrando-se e comparecendo nas atividades (presencialmente ou de forma remota)
Oferece o ensino formal através da Educação Básica (anos finais e Ensino Médio) e do Curso Técnico em Agropecuária.	Oferece vivências não formais de ensino e viabiliza a oferta de cursos de: Arte Indígena e de Língua e Cultura Tupi-Guarani (desde 2017), Círculo Sagrado Feminino, Rodas de Conversa, Maracás e Tambores Já ofereceu oficinas presenciais de: Miçangas, Plumária, Tecelagem, Filtro dos Sonhos e Maracá

Realiza atividades práticas de agroecologia	Realiza vivências práticas de agroecologia
Realiza atividades pedagógicas relacionadas com a agroecologia	Realiza atividades coletivas de reflexão sobre a prática agroecológicas
Através do currículo apresenta a relevância de condutas agroecológicas	Através de encontros abertos realiza ações e condutas agroecológicas
Manifesta-se didaticamente em favor da agroecologia	Manifesta-se em eventos públicos em favor da agroecologia
Os estudantes envolvidos nem sempre demonstram admiração pela agroecologia	Os envolvidos, na maioria das vivências demonstram admiração pela agroecologia
Muitos estudantes são descendentes quilombolas	Os organizadores das atividades são indígenas, mas a maior parte dos envolvidos não é descendentes direto de indígenas
Os que ministram atividades não são quilombolas	Os que ministram atividades são indígenas
Através de suas falas e vivências os estudantes demonstram que a agroecologia não faz parte de suas rotinas diárias	Através de suas falas e vivências os envolvidos demonstram que a agroecologia faz parte de suas rotinas diárias
Não pleiteiam a ampliação institucional	Pleiteiam a criação da primeira Universidade Indígena Pluriétnica - Aldeia Maracanã.

A partir, da exposição dos elementos apresentados explicita-se o estudo comparativo realizado neste trabalho. Para dar subsídios a compreensão destes elementos recorrer-se-á ao estudo da Territorialidade, como elemento conceitual capaz de abranger e justificar tais distinções.

#### 4. TERRITORIALIDADE

Vislumbrar as diferenças apontadas entre a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista e a Aldeia Maracanã incide no desejo de tentar compreender suas causas, o provocou um exercício reflexivo que ganhou forças através da compreensão do conceito de territorialidade. Isto ocorreu porque a localização em zona rural da primeira não serviu de instrumento para balizar o comportamento e o orgulho do cultivo da terra, ao passo que alocados no asfalto de uma grande capital, os indígenas não se desprenderam de seu modo de viver tradicional, o que inclui o contato com a natureza e o orgulho do plantio.

Segundo Silva (p. 241, 2005), “o lugar, deslocado do conhecimento dos que o constroem, fica abstrato e inerte, apenas um retrato sem vida, descontextualizado e guiado, em geral, por um olhar externo que acaba não captando a formação e a lógica das territorialidades locais”. Já que, como o mesmo autor salienta, as territorialidades são construídas no processo de coevolução comunidade/ecossistema. Ele ainda destaca que “o espaço vivido e o espaço explorado (valor de troca), dificultam as aproximações com a noção de sustentabilidade.

Assim, tornou-se fundamental reconhecer quem é esse indivíduo (estudante, ou não) para que as propostas estejam em consonância com as demandas, visando adequar as preocupações ambientais, socioeconômicas e culturais, com a finalidade de construir projetos democráticos fundamentados pela vivência dos envolvidos, em contraposição aos modelos predefinidos e autoritários, tão comuns ao período da “Revolução Verde”, que disseminou um pacote tecnológico com todos os insumos para o aumento da produção agrícola, mas causou problemas que vão muito além de uma abordagem meramente tecnológica. Houve impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ecológicos que modificaram completamente a sociedade.

Antes da colonização o Brasil já tinha suas terras ocupadas e distribuídas pelas populações indígenas. Mas passou-se a considerar que as áreas rurais e sua ocupação no território brasileiro remontam apenas à época de colonização do Brasil, quando os portugueses eram responsáveis pela distribuição das terras e não existiam leis específicas para a delimitação dessas áreas, ficando evidente a desconsideração com os indígenas que já ocupavam o país anteriormente. Ao longo da história, houve a criação de diversas legislações para regularização das áreas rurais e diversos movimentos sociais para a garantia de direitos de acesso à terra.

De acordo com Fernandes (2000): A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas (FERNANDES, 2000, p. 25).

A partir de 1930-1945, com o surgimento da questão agrária e as transformações intensas provocadas pelo capitalismo na industrialização do campo começam a surgir os latifúndios, a concentração de terras e a marginalização no campo, intensificada pela modernização da agricultura nacional (LINHARES; SILVA, 1999, p. 146-147). Na década de 1990, surgem as expressões “agronegócio”, “agricultura capitalista”, “agricultura patronal” e “agricultura empresarial”, que foi um termo construído para renovar e modernizar a agricultura capitalista. Trata-se de uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador e excludente, apenas chamando a atenção para o caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Para Fernandes (2007), a questão agrária está intimamente ligada aos problemas da estrutura de produção capitalista, assim:



Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo infinitamente. A reprodução infundável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capitalismo necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capitalismo precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural, portanto não há solução para questão agrária a partir do modo capitalista de produção (FERNANDES, 2007, p. 78).

Observa-se, nas últimas décadas, que houve uma modificação da concepção do rural como algo estritamente agrícola. Há profundas mudanças nas realidades rurais que apontam para uma valorização dos componentes de natureza social, ambiental, econômica e cultural, não restringindo-se unicamente à uma função econômica, mas é considerado um espaço com múltiplas funções para a sociedade global (CARNEIRO, 2012).

Nesse sentido, existem diversas explicações para a configuração das novas ruralidades, mas uma das questões levadas em consideração é a preocupação com as questões ambientais. Em estudo realizado, Graziano da Silva (1999), demonstrou que através das transformações no meio rural brasileiro surgiram novas formas de analisá-lo, em especial, aqueles próximos às regiões industrializadas e intensamente urbanizadas. O “novo rural” identificado pelo autor não corresponde mais às atividades agropecuárias e agroindustriais, pois nesses espaços abriga-se cada vez mais atividades não agrícolas e famílias menos dedicadas às atividades da agropecuária. Há, para o autor, uma “urbanização do rural”, uma vez que existe uma expansão de casas de moradia, maior disponibilidade de novas atividades e de serviços e pelas melhorias das condições de acesso e de comunicação, favorecendo o estabelecimento da população urbana no meio rural. Esse novo padrão é visto pelo autor como uma revitalização do rural, ao contrário da migração da população para as cidades.

Assim, verifica-se uma nova representação social e apropriação dos bens materiais e simbólicos das localidades rurais. Segundo Carneiro (2012), as inter-relações entre antigas e novas finalidades do rural, ou mais especificamente, da família e da propriedade rural, são componentes destas novas ruralidades. Se por um lado, os espaços rurais se abrem as novas formas de conflitos e antagonismos socioculturais, por outro lado, permitem novas formas de interação social entre a população rural e urbana.

Desta feita, a localidade onde se situa a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, compreende este novo padrão vislumbrado por Graziano da Silva (1999), ao passo que a Aldeia Maracanã reflete as inter-relações e conflitos descritos por Carneiro (2012).

Segundo Chiodi, Marques e Murandin (2018),

Um dos fatores mais importantes e recorrentes nas análises das novas ruralidades, é a emergência da questão ambiental. Neste sentido, é importante realçar duas dimensões: 1) a emergência de uma representação social que vincula o rural à natureza, atraindo cidadãos urbanos ao espaço rural por motivos e valores diversos, contribuindo com a sua heterogeneidade socioeconômica e 2) a ampliação das preocupações com a conservação dos recursos naturais essenciais ao desenvolvimento econômico e social leva à concepção de novas políticas de conservação ambiental para as localidades rurais.

A territorialidade tem a ver com a apropriação social dos lugares. Há, portanto, um sentido maior no debruçar sobre o conhecimento local. O lugar deslocado do conhecimento dos que o constroem, fica abstrato e inerte, apenas um retrato sem vida, descontextualizado e guiado, em geral, por um olhar externo, que acaba não captando a formação e lógica das territorialidades locais. Por isso, a delimitação da dimensão rural/urbano é motivo de diversas discussões.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trabalha com a divulgação dos dados estatísticos de quantitativos de habitantes nos espaços rurais e nos espaços urbanos, teve a necessidade de revisar a forma de delimitação das áreas rurais, devido à nova dinâmica dessas áreas e sua interligação com o urbano. Surgiu o termo peri-urbanização, em que não se leva mais em conta apenas os processos migratórios ocorridos pela intensa urbanização vivenciada no país nas últimas décadas e pela difusão do modo de vida urbano quanto pela construção de novas zonas residenciais.

Segundo dados do IBGE (2017), a delimitação das dimensões rural e urbano carregam traços ambientais, culturais, sociais e econômicos, que são determinantes para a caracterização da sociedade e do território brasileiro. Cabe salientar, que o rural e o urbano atualmente estão cada vez mais interligados, o que evidencia a complexidade de uma única definição para delimitar esses espaços, ainda mais em um país com a extensão territorial do Brasil, com grande diversidade, mas, embora complexa, não se pode negligenciar a importância dessa delimitação para fins de planejamento do território brasileiro e definição de políticas públicas. Um bom exemplo foi notado no censo de 2010, quando pela primeira vez, passou-se a identificar a presença indígena em: terras indígenas, áreas rurais e também em áreas urbanas de todo o território nacional.

Só assim, foi possível identificar o Rio de Janeiro com a quarta maior população indígena brasileira em números absolutos, de acordo com o censo de 2010.

A importância desta alteração pode ser notada nas palavras da professora de História, Marize Vieira de Oliveira Guarani: “Eu não me declarava indígena, eu não me declarava nada porque... não existia nem o quesito indígena para as cidades. Você não podia colocar indígena como alguém que morasse na cidade” (UOL, 2021).

Além disso, o estudo de Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil realizado pelo IBGE em 2017, destacou uma modificação no meio rural, pois houve um aumento de atividades não agrícolas, da mecanização, da intensificação da pluralidade, da valorização da biodiversidade, da expansão do setor terciário e da intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas (CENSO, 2017).

Ainda em relação a esta temática, diversos autores apontam para os desafios de delimitação do rural e do urbano na contemporaneidade. Spósito (2010) destaca as discontinuidades territoriais, bem como o intenso processo de urbanização que foi muito mais significativo no último século. Nesse sentido, é preciso refletir sobre a classificação do rural e do urbano adotada pela sua funcionalidade e delimitações espaciais, pois parece mais fácil trabalhar com essa forma de separar urbano-rural, mas não se pode negligenciar que há uma complexidade imensa entre as inter-relações campo-cidade.

De acordo, com a pesquisa realizada por Karam (2004, p. 308),

Nas duas últimas décadas, esses questionamentos continuam presentes para vários pesquisadores, atualizados pelas transformações recentes e aceleradas no conjunto societário. De um modo bastante amplo, verificam-se duas perspectivas: de um lado, aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, da sujeição desse espaço social à hegemonia do industrialismo e da urbanização; de outro lado, a que observa os mesmos processos macrosociais, mas considera que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade contemporânea, pois há particularidades de modos de vida que permitem que sejam observadas permanências, reconstruções, emergências de processos sociais que dão especificidade a essa forma socioespacial que é a ruralidade.

Àqueles que estudam o meio rural sob a primeira perspectiva, acreditam cada vez mais, que o campo é mais identificado com a cidade, pois se submete à homogeneidade das formas econômicas e sociais de organização e da produção. Graziano da Silva (1996), corrobora com essa tese, quando analisa os dados estatísticos sobre a ocupação da população economicamente ativa (PEA) rural da região Sudeste, na metade da década de 1990, que mostra que mais de 40% dos ocupados no setor primário encontravam-se em atividades não-agrícolas.

Intensas alterações ocorrem devido a essa modificação de delimitação do rural/urbano, que longe de ser apenas uma modificação de limites territoriais, passa por diversas modificações relacionadas às expectativas das pessoas que habitam a área rural, mudanças nos processos produtivos, no acesso às novas tecnologias, à educação e o acesso aos demais recursos.

O Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), que faz uma análise geográfica dos resultados referentes ao Censo Agro 2017, traz algumas informações importantes sobre as desigualdades na distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários. Entre os produtores que dirigem estabelecimentos com área total de até 1 (um) hectare, 57,9% declaram-se como de cor ou raça parda, 25,5% branca, 13,6% preta, 8,3% indígena e 1,8% amarela. Já nos estabelecimentos com mais de 500 hectares, 72,2% dos proprietários são brancos, 23,9% pardos, 2,5% pretos, 0,4% indígenas e 0,06% amarelos. Esses dados demonstram que quanto maior a área dos estabelecimentos rurais, maior a predominância dos produtores declarados brancos. Além disso, o Atlas também demonstra que as desigualdades são transpassadas pelo gênero, pois menos de 10% das áreas dos estabelecimentos são dirigidas por mulheres. Ainda, segundo o Atlas do Espaço Rural Brasileira (2020), de acordo com o último censo agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo.

O reconhecimento de uma percepção equivocada do rural, apenas resíduo do urbano, em que as áreas rurais do Brasil são definidas por oposição e exclusão às áreas consideradas urbanas. Nesse sentido, todo espaço de um município que não corresponder às áreas urbanas ou distritais é considerado como rural.

Talvez por isso, observe-se a resistência de muitas pessoas em aceitarem o fato da Aldeia Maracanã corresponder a um território indígena, devido ao seu caráter urbano. Por outro lado, os indígenas que ali resistem, adequam-se ao espaço reproduzindo em suas vivências, seus conhecimentos.

“Aos poucos, a Aldeia Maracanã vai levando vida ao asfalto (...) Pedacos de asfalto foram retirados para dar lugar a pés de milho, mandioca, mamão, goiaba, hortaliças e plantas medicinais” (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Sem água encanada, energia elétrica ou apoio do governo, 10 famílias indígenas de diversas etnias, como Ashaninka, Guajajara, Kati, Tembê, Apurinã, Manauara e Kaiowá, retornaram ao antigo imóvel no fim de 2016 e mantêm o local habitável de acordo com as tradições ancestrais. “Aqui não temos água, luz, assistência. Nós recebemos aqui água da chuva, a luz ninguém liga, a fogueira é nossa luz. Também não temos botijão de gás,

fazemos tudo na fogueira. As pessoas do sistema vêm aqui e não entendem como a gente vive assim. A nossa religião aqui é o cosmos: o Sol, a Lua”, disse o indígena Korubo, da tribo de mesmo nome que vive isolada na divisa do Acre com o Amazonas. (Relatos da Aldeia colhidos pela AGÊNCIA BRASIL, 2017)

Assim, a estratégia do modelo de desenvolvimento adotado e executado no Brasil, priorizou intervenções nos espaços urbanos, em especial nos centros metropolitanos que vão conformar e ampliar o crescimento urbano-industrial.

Contraditoriamente, neste século, foram registrados os maiores índices de concentração de terras e de renda, sem uma política efetiva de reforma agrária, sem políticas efetivas orientadas para o desenvolvimento rural, que garantam a melhoria das condições de vida desse enorme contingente de trabalhadores do campo.

Neste contexto, é interessante lembrar o primeiro artigo da Lei no 4.504 de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Nele estão regulamentados os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção de uma política agrícola. Nesta Lei, o conceito de Reforma Agrária é o conjunto de medidas que visam a promoção de uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao pleno emprego.

Desta forma, é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, que se destinem a orientar no interesse da economia rural, de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. Já em seu artigo segundo, a Lei assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social. Assim, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; e d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

O Banco Mundial elabora anualmente relatórios sobre temas diversos, que são publicados desde 1978. Em levantamento realizado pelo Banco Mundial, em 2007, foi elaborado o relatório intitulado *World Development Report 2008: agriculture for development* (WDR), ou seja, “agricultura para o desenvolvimento. A justificativa para escolher o tema “Agricultura para o desenvolvimento” ocorreu, devido à constatação do Banco Mundial de que

três em cada quatro pessoas pobres vivem em áreas rurais de países em desenvolvimento e, a maioria delas, depende direta ou indiretamente da agricultura para sobreviver.

Em Relatório publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania em Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2021, apontou-se que a fome alcançou 12% dos domicílios rurais, contra 8,5% dos domicílios nas áreas urbanas entre os meses de setembro a novembro de 2020. O relatório destaca que o avanço da fome nas zonas rurais é preocupante, foi agravado pela pandemia do Covid-19 e o cenário é ainda mais grave nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, destacou-se, no relatório, que a descontinuidade de políticas sociais tem agravado o problema de vulnerabilidade dos pequenos produtores rurais.

Tais descontinuidades e distorções podem ser explicitadas nos exemplos apresentados da Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, que está no perímetro rural e cujos participantes muitas vezes não se identificam como participantes da vida no campo e da Aldeia Maracanã, cujos participantes se identificam com as rotinas da roça, mas estão inseridos dentro de um grande centro urbano brasileiro.

## **5. METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a realização desta pesquisa propôs-se a utilização do Método Comparativo, no qual utiliza-se de comparações com o intuito de verificar similaridades e elucidar as divergências encontradas nos levantamentos realizados, possibilitando a realização de um diagnóstico amplo e muitas vezes generalista. Além disso, a escolha do Método Comparativo aplica-se a estudos quantitativos e qualitativos, como o que se propõe.

A pesquisa qualitativa tornou-se escolha metodológica por ser capaz de propiciar a interpretação de elementos subjetivos da pesquisa, possibilitando uma análise mais dinâmica. Em razão disso, ela é utilizada principalmente no campo das ciências humanas e sociais, pois são áreas do conhecimento imbricadas de complexidade e subjetividade, que exigem análises que transponham ao estudo fracionado de determinados fenômenos para se apreender o todo.

Para tanto, a análise da questão apresentada foi pautada na educação formal e não formal e suas implicações, devendo relacionar-se ao conceito de territorialidade. Além disso, propôs-se a revisão bibliográfica, priorizando as análises teóricas de Graziano (1996), Fernandes (2007) e FREIRE (1979; 1996; 2005), que investigam os conceitos abordados na pesquisa.

Os estudos de Fernandes (2007) e Graziano (1996) subsidiaram os levantamentos relacionados a conceituação da Territorialidade, apresentada no subtítulo 4 deste trabalho. Fernandes (2007) ofereceu uma contribuição inestimável ao debate relacionado à questão da

Territorialidade, ao passo que Graziano (1996) contribuiu amplamente na argumentação pertinente a questão agrária e suas formas de produção, ambas explanadas anteriormente.

Por fim, apresentamos o trabalho de Freire (1979; 1996; 2005), que compõe a base teórica deste estudo e permeia as demais, pois sinaliza a importância da educação, como elemento provocador de mudança (em qualquer área de formação). Não só a mudança comportamental do indivíduo, que passa a perceber o mundo à sua volta, com olhar mais crítico, mas também na mudança que esta nova postura pode promover para a sociedade.

O trabalho de Freire (1979; 1996; 2005) oferece uma importante contribuição porque permite perceber que o processo educativo amplo e formador necessita de três pilares básicos: teoria, prática e reflexão. Ora, se em ambas instituições a teoria e a prática já existem é preciso ater-se à reflexão. Não se trata, no entanto, de uma reflexão isolada, mas de um processo reflexivo intenso, social, cooperativo e dialógico, capaz de promover no indivíduo uma conduta que alie sua prática social aos conhecimentos obtidos em prol de uma sociedade mais justa, no âmbito da ecologia, da produção dos alimentos, etc. Isto porque, a proposta de Freire (1979; 1996; 2005) compreende a complexidade das bases teóricas, pois trata da atuação do educando, dentro no ambiente educacional e também na sociedade, e apresenta discussões atualizadas, apesar da sua data de publicação, relacionando-se diretamente com as situações aqui apresentadas. Por esta razão, optou-se aqui por recorrer a apresentação de Paulo Freire, como referencial teórico, já que Fernandes (2007) e Graziano (1996), foram apresentados detidamente no subtítulo 4, relativo a “Territorialidade”.

É por perceber e anunciar o sentido político da educação, que Paulo Freire foi e continua sendo um educador de relevância, pois sua obra conseguiu apresentar o poder simbólico que a educação pode alcançar na sociedade.

Desta forma, há que se perceber que o ensino perpassa o indivíduo formal e não formalmente, seja nas instituições escolares, seja nas relações estabelecidas entre homens e natureza.

Num ambiente altamente competitivo, é comum surgirem propostas de formação para o trabalho, atreladas aos moldes tecnicistas, com o intuito de propiciar uma formação que atenda às necessidades do mercado, sem discutir os destas ações, “sobretudo a questão dos impactos socioambientais decorrentes do setor, quando praticado sem tomar devidas precauções” (PORTUGUEZ, 2001, p.126).

Isto significa que, da mesma forma que o mercado influencia a formação prática, as instituições de ensino formais e não formais também podem influenciar e alterar as relações das

empresas com o mercado, numa relação dialógica, o que demonstra a necessidade de novas abordagens em torno desta temática.

Por isso, instituições educacionais formais e não formais de ensino, com a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, em Cabo Frio/RJ e a Aldeia precisam estreitar relações com seu público alvo, abrindo espaços para um diálogo benéfico à ambos, visando a plena formação de indivíduos e profissionais capacitados em torno de uma área de formação, mas acima de tudo, integrados e comprometidos com a sociedade.

Ao relacionar esta percepção da educação para espaços informações de ensino, como é o caso da Aldeia Maracanã, percebe-se quão intrínseca é esta relação dentro de um propósito de formação cidadã comprometida com a sociedade e o espaço.

No entanto, quando se trata de educação formal, a questão do compromisso do profissional com a sociedade coloca alguns pontos que devem ser analisados. Algumas reflexões as quais não se pode fugir e que são necessárias para o esclarecimento do tema.

Portanto, a primeira condição para que o indivíduo possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. Conforme afirma Freire, é “preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (FREIRE, 1979, p. 07).

Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência de estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar. Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolivelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar adaptado a ele e sem ter dele consciência (FREIRE, 1979, p.16).

Assim, através do distanciamento promovido pela reflexão, o indivíduo é capaz de sair de seu contexto, reconhecê-lo, admirá-lo, que são condições necessárias para que se instale o desejo de transformá-lo e, “transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, se comprometer-se” (FREIRE, 1979, p.17).

Este comprometimento reflete a assertiva de que “não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade (...) esta relação implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão” (FREIRE, 1979, p.17).



Se a realidade condiciona seu pensar e atuar não autênticos, como podem pensar corretamente o pensar e o atuar incorretos? É que, no jogo interativo do atuar-pensar o mundo, se, num momento da experiência histórica dos homens, os obstáculos ao seu autêntico atuar e pensar não são visualizados, em outros, estes obstáculos passam a ser percebidos para, finalmente, os homens ganharem com eles sua razão (FREIRE, 1979, p.18).

“É atuando ou não podendo atuar que se lhes aclaram os obstáculos da ação, a qual não se dicotomiza da reflexão” (FREIRE, 1979, p. 8). Portanto, na formação é imprescindível a possibilidade de atuação-reflexão. Afinal é através da atuação-reflexão (da formação teórico-prática) que o indivíduo experimenta, através dos diversos exercícios (reflexivos e práticos), a condição de profissional, posto à prova. É por meio destes momentos que ele poderá avaliar suas percepções, não apenas como aprendiz de técnicas capazes de atender as necessidades do mercado, mas como ser social, cidadão, finito na sua condição de completude, ciente de sua necessidade de saber mais, mas propenso a refletir sobre a teoria e seu comprometimento, diante das realidades cotidianas e práticas. Em razão disto, sua atuação no mercado torna-se uma consequência de sua transformação educacional.

Portanto, é através das oportunidades educativas participativas e dialogais, sejam elas formais ou não formais que o indivíduo passa a experimentar o sentimento de êxito e/ou frustração diante dos obstáculos que impedem o êxito de suas propostas e, a partir disto, podem exercitar a construção de estratégias que estejam para além das necessidades do mercado e coincidam com as necessidades da sua lógica de formação (formal ou não formal) de seu comprometimento com a mudança.

O momento de frustração é importante, segundo Freire (1979), porque através dele:

Os homens encontram-se profundamente feridos em si mesmos, como seres do compromisso. Compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história. Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavreiro, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade (FREIRE, 1979, p.18).

No entanto, é na oportunidade da prática, que os indivíduos envolvidos, tanto na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, quanto na Aldeia Maracanã, vão sendo absorvidos e tornando-se mais interessados pela teoria. E só através da reflexão-ação pode-se chegar a percepção dos valores relacionados a uma prática de plantio regada ao uso de agrotóxicos e a produção em

larga escala e a opção (consciente) por uma prática agrícola ecologicamente responsável e com condutas éticas comprometidas socialmente.

Desta forma, os agentes de formação, já não se resumem aos espaços de educação formal, mas incluem todos os profissionais que atendem aos indivíduos no seu processo de formação, que passa a ser algo mais amplo.

Assim, observa-se que o propósito da Aldeia Maracanã, de construção da primeira Universidade Indígena Pluriétnica do Brasil, já foi iniciado não formalmente, a partir do momento em que os indígenas tem apresentado suas vivências de plantio, compartilhado sua cultura e oferecido cursos de Línguas Indígenas, Artes Indígenas, entre outros, e tem recebido o apoio e conseguido a adesão de indivíduos de muitos lugares, de dentro ou fora da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, há ainda resistência da aceitação do grupo, por parte do Estado, que reivindica o prédio e de grupos direitistas que não reconhecem indígenas e sua cultura, dentro do espaço urbano.

Por outro lado, na Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, o trabalho prático tem sido subsidiado pela teoria e há professores empenhados na promoção da vivência reflexiva. No entanto, há ainda um processo de resistência por parte da comunidade estudantil, que muitas vezes ambiciona os valores da vida urbanizada.

A este respeito Freire (1979), informa que é a capacitação profissional, que sistematiza as experiências possibilitando ao educando recorrer e utilizar-se do patrimônio cultural com maior frequência, aumentando assim sua responsabilidade com os homens. É, portanto, através desta responsabilidade social, que o educando percebe sua responsabilidade em evitar a burocratização de seu compromisso profissional, “servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem” (FREIRE, 1979, p. 20).

Há, portanto que se compreender a importância da Aldeia Maracanã, como um espaço de educação não formal em prol da questão da agroecologia e também da cultura indígena, uma vez que as ações desenvolvidas neste espaço e por seus representantes se propõem a ampliar as percepções e o comprometimento ético e social dos indivíduos, embora de não formalmente.

Em relação ao ensino formal é preciso avaliar para que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos, atendam a esta expectativa, contemplando os elementos burocráticos que propiciam a formação e o desenvolvimento dos estudantes não só através do suporte de disciplinas específicas para o atendimento destas temáticas, mas também através de ações práticas que estimulem e promovam a construção de valores positivos em prol das questões relativas a cidadania e da agroecologia. Pois teoria e prática devem ser complementares e a última serve também como exercício avaliativo da aplicação dos

conhecimentos teóricos disponibilizados, ao longo da formação acadêmica. Desta forma, deve-se ressaltar a divisão das responsabilidades, dos agentes envolvidos neste processo.

Por isso, há que se ressaltar que a importância das atividades paradigmáticas oferecidas pela instituição de ensino, no sentido de conduzir os estudantes a percepção clara e reflexiva de suas ações no exercício de funções que sejam condizentes com sua formação. Afinal, durante as atividades paradigmáticas os docentes devem distanciar-se do caráter fiscalizador, pois sua função relaciona-se ao sucesso da experiência vivenciada no momento da prática e não, meramente, o cumprimento das horas de estágio, ou de atividades obrigatórias, estabelecidas pela Matriz Curricular do Curso, constante no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Os estudantes, por sua vez devem demonstrar “ao mercado de trabalho e à comunidade, que sua instituição está formando profissionais que contam com um referencial teórico-prático que os levará a exercer com qualidade, as funções às quais se destinam” (BIANCHI; ALVARENGA; BIANCHI, 1998, p. 17).

Urge, portanto, buscarmos mecanismos de comunicação, de relação pedagógica, de inter-relação entre os polos (por vezes antagônicos) e os espaços para o debate do saber-fazer organizado, se quisermos que os sujeitos em formação aprendam as relações sociais que ocorrem em seu meio e criem um pensar próprio sobre o mundo (BURIOLLA, 2001, p. 45).

No entanto, até o presente momento, o que observa, muitas vezes é o cumprimento da carga horária obrigatória destas atividades, sem que isto aconteça num exercício de reflexão, análise e decisão acerca do papel do indivíduo.

Assim, não se estabelecem garantias mínimas do comportamento ético e da responsabilidade social do estudante no exercício prático da agroecologia.

Sob este prisma, o educando não se transforma e também não modifica a sociedade que atua, sob o viés da agroecologia, já que desconhece os seus mecanismos norteadores. Nestas ocasiões para que haja ação-reflexão, é necessário que o professor, investigue estas lacunas, junto ao discente, conduzindo-o na percepção das diferentes motivações que justificam a realização do estágio e de seus benefícios à sua formação acadêmica.

Por outro lado, vivenciar a prática sem a proximidade com o professor supervisor (que pode ser desenvolvida em situações não formais) pode ser um momento para a explicitação do processo de ação-reflexão, capaz de criar estratégias e um pensar autêntico, carregado de autonomia, comprometido socialmente, enfim, politizado no melhor sentido desta expressão.

Portanto, a formação de atitudes agroecológicas deve ser consolidada através de uma educação pautada no processo de “ação-reflexão-ação”, seja ela formal, ou não formal. Mas,

em ambas é imprescindível a presença do diálogo e da prática participativa, capazes de permitir aos participantes libertar-se da alienação de fazer-se crer proprietário do saber que promove a distinção entre um mundo de ignorantes/incapazes e de técnicos/especialistas. Neste processo educativo/formativo que é em si um ato político, promove-se a educação (reflexão-ação) e propicia-se a formação de um cidadão capaz de refletir sobre seu papel na sociedade, comprometido com ela, seja no exercício de sua profissão (enquanto técnico), seja nos enfrentamentos de sua vida diária, promovendo uma mudança não só de ordem profissional, mas também, comportamental, cultural e social. Entretanto, é importante salientar que essa concepção também depende da forma como o indivíduo lida com tais questões, haja vista que um processo educacional (formal ou não formal) deve permitir a vinculação entre todos os participantes da proposta de ensino. Ou seja, não bastam instituições, ou educadores que promovam o processo de reflexão-ação, sem que os educandos vislumbrem os saberes interessados para a sua formação.

Se o homem está no mundo e com o mundo, como nos afirma Freire (1979), é preciso perceber a educação como situação de reflexão do homem face à realidade, seja na formação básica do educando, seja na graduação em turismo.

Só assim, será possível aos indivíduos captar a realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Esta reflexão-ação, do homem face a realidade, pode levantar hipóteses sobre os desafios que a realidade apresenta e promover a busca por soluções. Nesta busca, concentra-se a possibilidade de transformação da realidade, que poderá se dar na completude, através da ação profissional consciente comprometida e transformadora.

Portanto, uma educação agroecológica comprometida com ações éticas e responsáveis socialmente e que não sirvam apenas para atender as necessidades do mercado é um processo complexo, que exige das instituições de ensino (formais e não formais) um comprometimento com a educação pautada no exercício da reflexão-ação, não só na elaboração da Matriz Curricular. Somente assim, percebendo-se como responsável pela tarefa de promover o exercício de uma formação comprometida é que se pode afirmar que os indivíduos tirão em sua formação a oportunidade de escolher entre a alienação e a conscientização.

Ensinar, conforme nos relata Freire (2005), exige rigorosidade metódica, respeito aos saberes dos educandos, reflexão crítica sobre a prática, assunção da identidade cultural e principalmente, apreensão da realidade. E somente uma educação pautada, a partir, destas perspectivas, fundamentada na ação-reflexão, pode se concretizar numa leitura crítica do mundo, onde as ações dos indivíduos são imbuídas de posicionamento crítico e ainda, onde escutar não significa concordar e a omitir também significa escolher.

A ação consciente, comprometida e transformadora é aquela que não se vende apenas às necessidades do mercado, mas é reflexo da ação responsável do profissional que, por não ser alienado, percebe-se como elemento de mudança dentro e com o mundo e compreende a real dimensão transformadora de suas ações. Assim, é possível a mudança, inclusive nas desigualdades do mercado de trabalho.

De tal forma, que os propósitos da formação profissional, constituam-se em propósitos existentes na construção da própria identidade do indivíduo e estimulem o pensamento autônomo, facilitando as dinâmicas de “autoformação participada” (NÓVOA, 1992, apud ZANOTELLI, 2006). Para tanto, “estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (NÓVOA, 1992, apud ZANOTELLI, 2006, p. 51).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo constituiu-se num instrumento de percepção e de reflexão dos saberes e práticas agroecológicas utilizando como cenários a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, em Cabo Frio/RJ e a Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Ao longo do texto, foram realizadas análises destas relações explorando conceitos que permeiam os temas como: agroecologia, territorialidade, sustentabilidade e educação, sua aplicando em ambos os espaços, no período de 2018 a 2021.

Assim, o processo formativo, seja ele formal ou não formal deve promover, efetivamente, uma mudança que não se relaciona apenas com o espaço de formação profissional, mas que compreende todo o processo educacional, como ação dialógica entre o conhecimento teórico e a formação do próprio indivíduo, estabelecendo uma nova ordem cultural, na qual é possível cada um reconhecer-se como sujeito capaz de captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos, assumindo, conforme nos afirma Freire (1979) a postura de sujeito cognoscente de um objeto cognoscível.

O grande desafio de instituições formais, ou não formais de ensino, como a Escola Agrícola Municipal Nilo Batista e a Aldeia Maracanã está em fundamentar-se na ação-reflexão para superar suas barreiras territoriais e burocráticas, propiciando o processo formativo de indivíduos comprometidos socialmente, capazes de compreender e agir reflexivamente sobre sua realidade, comprometidos com a natureza e engajados com a causa agroecológica.

**REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA BRASIL. **Sem reforma prometida, Museu do Índio segue abandonado ao lado do Maracanã.** Vinícius Lisboa (repórter). Rio de Janeiro. Publicado em 04/06/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-06/sem-reforma-prometida-museu-do-indio-segue-abandonado-ao-lado-do-maracana>

AGÊNCIA BRASIL. **Aldeia Maracanã mantém tradições indígenas e cobra reconhecimento.** Akemi Nitahara (repórter). Rio de Janeiro. Publicado em 19/04/ 2017. Disponível em: <Aldeia Maracanã mantém tradições indígenas e cobra reconhecimento | Agência Brasil (ebc.com.br)>.

AIAM. Associação Indígena Aldeia Maracanã. **Origens do coletivo “Movimento dos Tamoios” e da Aldeia Maracanã.** Publicado em 09 de abril de 2015. Disponível em: <Origens do coletivo ‘Movimento dos Tamoios’ e da ‘Aldeia Maracanã’. (aldeiamaracana.com)>.

Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [liv101773\\_pre\\_textual.pdf](liv101773_pre_textual.pdf) (ibge.gov.br). Acesso em: 13/09/2021.

BEVILAQUA, Camila. **A Aldeia Vertical: mistura indígena na cidade do Rio de Janeiro.** Mundo Amazônico, v.8, nº.2, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/64491/63760>>.

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientação para estágio em turismo: trabalhos, projetos e monografias.** São Paulo: Pioneira, 2002.

BISSOLI, Maria Ângela Marques. **Estágio em Turismo e Hotelaria.** São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 10/09/2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 25/09/2021.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império:** Rio de Janeiro, RJ, 1850, folha 57, livro 1º dos Actos Legislativos, 20 out. 1850.

BRASIL. Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, 1964, suplemento, p. 49, 30 nov. 1964.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CHIODI, R.E.; MARQUES, P.E.M.; MURANDIN, R.S. Ruralidade e política ambiental: heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n.2, p. 239-256, 2018.

DICIO. **Dicionário on line de português.** Disponível em: <Informal - Dicio, Dicionário Online de Português>. Acesso em nov. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançao. **A formação do MST no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançao. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio.** Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Volume 34 – Nº 2. Jul/Dez – 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R.; PARO, M.R. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.2, p.60-72, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

GUAJAJARA, José Urutau. Entrevista I. [out. 2017]. Entrevistador: Lucas Smolcic Larson. **Indígenas em Contexto Urbano: uma Entrevista com José Urutau Guajajara.** Rio de Janeiro. In: RioOnWatch, publicado em 03/10/2017. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br?p=28435>>.

HENRIQUES, Rafael Paes. **A compreensão heideggeriana do espaço na discussão sobre territorialidades.** In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (orgs). Comunicação e territorialidades [recurso eletrônico]: poder e cultura, redes e mídias. Dados eletrônicos. 1.ed. Vitória/ES: EDUFES, 2017, p. 48-68.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Disponível em: <[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)>. Acesso em out 2021.

KARAM, K.F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 12, n. 1, 2004.

LINHARES, M. Y.; da SILVA, F. C. T. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NADDEO, André. **Governo chama líderes para última negociação na Aldeia Maracanã**. Reportagem do site “TERRA”, 21/03/2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/governo-chama-lideres-para-ultima-negociacao-na-aldeia-maracana,6bd09811fbd8d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>.

NÓVOA, Antônio. Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, v. 25, nº 1 São Paulo jan./jun. 1999.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço** - turismo lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

SILVA, C. E. M. Lugar-habitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do cerrado. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). **A insustentável leveza<sup>[1]</sup> da política ambiental: desenvolvimento<sup>[2]</sup> e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 217-244.

SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia (São Paulo)**, v. 35, p. 51-62, 2010.

UOL. Caderno COTIDIANO: **Indígenas no Rio lutam para reverter séculos de "apagamento"**. 02/07/2021. Karla Mendes (repórter). Disponível em: <Indígenas no Rio lutam para reverter séculos de ?apagamento? (uol.com.br)>.

WORLD DEVELOPMENT REPORT 2008: Agriculture for development. Washington: World Bank, 2008.

ZANOTELLI, Germana Albuquerque Costa. **Docência no ensino superior: professores formadores e sua formação**. 2006. Fortaleza, CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2006. Disponível em: <[http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/"Dissertacao%20Germana.pdf](http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/)>. Acesso em: jan. 2015.